

LÍNGUA OFICIAL EM ESPAÇOS DE IMIGRAÇÃO: MODOS DE PRATICAR E DE OFICIALIZAR¹

Maria Cleci VENTURINI²

RESUMO

Filiamo-nos à linha de pesquisa Texto, memória, Cultura e nos inscrevemos na Análise de Discurso, fundada por Michel Pêcheux e, Orlandi. Demanda dessa inscrição a concepção de língua como não-todo, tomada em sua heterogeneidade e divisão entre base linguística e processos discursivos, atestando a sua autonomia relativa. O objeto recortado é o gerenciamento da língua oficial por parte das instituições, contrapondo a política de língua do período colonial (organização da gramática da Língua Geral e outras ações coercitivas) e as políticas linguísticas no século XXI. Tratamos do período colonial a partir de pesquisas bibliográficas, significando-o como um período permeado por ações coercitivas, em que a língua praticada era desconsiderada e a língua oficial – de Estado – tornada obrigatória em todos os espaços oficiais, mesmo para imigrantes. Esse período faz ponte com o período pós-colonial em espaços, que chamamos de imigração, nos quais a língua materna e a Língua de Estado se embatem, instaurando conflitos em torno do praticar e do oficializar. Nas Colônias de Entre Rios – distrito de Guarapuava/PR – a Língua Portuguesa e a Língua Alemã fazem parte do currículo escolar e são colocadas lado a lado. As crianças, nos primeiros anos aprende a língua alemã, em sua norma culta e, nos anos subsequentes, a Língua Portuguesa. O espaço de imigração embate-se entre a Nova Pátria (Brasil) e a Velha Pátria (Danúbio) e esse embate toma corpo a partir de práticas, entre elas a nomeação de ruas e espaços nos dois idiomas.

PALAVRAS-CHAVE: língua; ideologia; sujeito; cultura, memória.

Primeiras palavras: língua, espaço de imigração e sujeitos,

Todo texto se constitui como um percurso e um encaminhamento para discursos,

¹ Este projeto faz parte de Pesquisa Básica e Aplicada, financiada pela Fundação Araucária – Paraná/Brasil, na qual retornamos à Análise de Discurso (AD), centrando-nos na teoria do Discurso desenvolvido por Pêcheux, especialmente, na obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, escrita em 1975, na França e traduzida por Eni Orlandi, pioneira nos estudos discursivos e na transformação da teoria, cuja marca é o questionamento constante em torno dela mesma e das demais teorias.

²UNICENTRO. Departamento de Letras (DELET) e no Programa de Pós-Graduação em Letras. Rua Barão de Capanema, Bairro Santa Cruz. CEP: 85.015.420, Guarapuava, Paraná. Brasil. mariaclavicventurini@gmail.com

portanto para sujeitos, para práticas sócio-históricas e ideológicas. Tomar o texto como início da caminhada constitui pressupostos em torno de caminhos a serem percorridos/trilhados, de filiações, de recortes, de concepção e, finalmente, de um escopo teórico. Nosso percurso tem início na/pela língua que antes de ser um sistema e de ser inscrever-se em um funcionamento ancorado e sustentado pelo princípio de que os sujeitos falam para conseguir determinados resultados, constitui-se pela memória, significando pela história e por sujeitos. De acordo com Milner (2004), ela é sempre o não-todo, o heterogêneo, estruturado pela divisão entre base linguística e processos discursivos, que atestam a sua autonomia relativa, conforme discussões empreendidas, inicialmente, por Pêcheux (1997), depois por Courtine (1999) e deslocadas por Orlandi (2011), quando contrapõe mundialização e individuação como modos de o sujeito identificar-se e filiar-se em formações discursivas, o que é relevante, para tratar da língua em espaços de imigração, modos de praticar e de oficializar.

Quando propusemos esse trabalho, pensamos nos mecanismos de coerção que regulam o funcionamento da língua. Por isso, relacionamos o oficializar ao autoritarismo e à dominação, recortando mecanismos do Estado, enquanto aparelho ideológico, que cerceia liberdades linguísticas, inscrevendo práticas linguísticas no lugar que escapa ao oficial. Entre a proposição do trabalho e a sua escritura a caminhada alcançou obstáculos a serem superados, exigindo que pensássemos/repensássemos a temática, o nosso objeto, o recorte e a complexidade dele. Temos como certo que a língua imposta em tempos de colonização difere da língua trazida pelos imigrantes, no período de pós-colonização, mas as diferenças não são tão grandes, há semelhanças e, também, tensões, rupturas, equívocos, enfim, diferenças.

Diante disso, interessa discutir o gerenciamento da língua oficial por parte das instituições, contrapondo políticas de língua do período colonial (organização da gramática da Língua Geral e outras ações coercitivas), como práticas colonialistas ou pós-colonialistas, do século XX e XXI. Como não se pode dizer tudo, enfatizamos o pós-colonialismo, recortando o espaço de imigração, mais precisamente as Colônias, do Distrito de Entre Rios, onde vivem sujeitos designados de suábios do Danúbio ou, popularmente, de alemães. Para cercar a língua em espaços de imigração, como objeto, é relevante retomar Orlandi e pensar a individuação dos sujeitos, tendo em vista que eles, apesar dos efeitos de saturação dados pela mundialização são ‘pegos’ pela reafirmação das identificações locais, pela reativação do comunitarismo, pela fragmentação do mundo, sinalizando para a impossibilidade de separar discurso-

sociedade-sujeito quando se pensa discursivamente a língua, destacando a sua não-existência fora desse tripé.

Nossa reflexão divide-se em uma parte inicial, bastante breve, em torno do colonialismo, especialmente, o primeiro período com políticas linguísticas relacionadas ao colonialismo e a instituição da Língua Geral. O que se seguiu foi a determinação da Língua Portuguesa como língua oficial, sinalizando para a coerção em torno de que língua praticar como ponte para adentrar o que entendemos como prática pós-colonialista, em espaços de imigração, no qual há duas línguas em funcionamento (Portuguesa e Alemã) e duas modalidades linguísticas, pelo menos uma de cada língua. Para discutir a língua, em espaços de imigração estabelecemos como fio condutor os modos de praticar e de oficializar essas línguas, dando visibilidade ao modo como isso se constitui.

Recortamos, então, as colônias localizadas no distrito de Entre Rios, município de Guarapuava/Paraná/Brasil que receberam os imigrantes suábios do Danúbio, no período pós Guerra (início dos anos cinquenta, do século XX), mais precisamente entre 1951/1954. Esse espaço ‘parece ser’ uma cidade, mas institucionalmente é um espaço rural, formado por colônias. Bernardim (2013) designou-o de *entre lugar* porque se situa entre o urbano e o rural e, dizemos, entre línguas, espaços e nações. Portanto, entre a língua portuguesa e a alemã; entre a língua nacional e a língua estrangeira e, finalmente entre a ‘nova’ e a ‘velha’ pátria.

Nesse entre lugar, tanto a Língua Portuguesa quanto a Língua Alemã estruturam o currículo escolar e são colocadas lado a lado. De acordo com Dalla Vecchia (2013) independentemente das políticas linguísticas do Estado, as colônias de Entre Rios praticam a política que atende aos interesses da comunidade e visam à manutenção da língua da ‘velha pátria’. Orlandi (2002, p. 95) pensa a política linguística a partir de três posições distintas

1. As políticas linguísticas como razões do Estado, das Instituições que apresentam a questão de *unidade* como valor (como princípio ético);
2. As políticas linguísticas como razões que regem as relações entre povos, entre nações, Estados: a questão da *dominação* como valor (como princípio ético);
3. As políticas linguísticas como razões relativas aos que falam as línguas: a questão da *diversidade* como valor (como princípio ético) (grifos da autora)

Num primeiro momento é possível dizer que as três posições destacadas pela autora funcionam nesse espaço, mas o segundo princípio inverte a ordem e instaura o equívoco, pois o imigrante é que pela prática tenta impor a sua língua, contrariamente

ao que acontecia no período colonial. Segundo pesquisa realizada por Dalla Vecchia (2013), a Língua Portuguesa compõe o currículo, mas há, políticas linguísticas praticadas na região multilíngue, adotada em Entre Rios e políticas linguísticas nacionais de ensino de línguas. Diante disso, nossa questão é: Como se constitui e se sustenta o discurso sobre línguas e como se relacionam as práticas linguísticas realizadas e a prática oficial da língua? Vale destacar que essa questão demanda mais espaço e tempo para poder ser respondida, provavelmente por ela ressoam outras questões. Por isso, perguntamos, também: Como os sujeitos suábios do Danúbio colocam lado a lado as duas línguas e legitimam essa prática, aproximando o praticar do oficializar?

Em nosso trabalho, a divisão decorrente do que se designa de colonialismo e de pós-colonialismo não se constitui apenas como um recorte, mas como um gesto de interpretação entre as duas temporalidades históricas na relação com as línguas praticadas e as línguas oficializadas no Brasil – país colonizado – que recebeu e passou a praticar a língua do “outro”. No colonialismo, a língua funciona como um mecanismo de submissão multi-dimensional, acompanhada de resistências que se ancoram e se sustentam nas línguas nativas.

No período colonial, o colonizador deixa a sua terra e imigra com objetivos exploratórios e mercantilistas bem definidos. A motivação está na conquista de territórios e, no caso do Brasil, também de difundir o catolicismo. O país colonizado funciona, guardando as devidas proporções, como um país derrotado de guerra e o colonizador inicia o processo de dominação pela imposição da língua. Essa é uma memória que vem da história e das práticas que sinalizam para a língua como um poder político. Assim, no colonialismo, a língua é imposta com vista a práticas monolíngüísticas, dando visibilidade a duas grandes impossibilidades: unificação e o apagamento da diversidade linguística. Com isso, no período colonial o sujeito que se constitui como dominador tem a ilusão de que apaga a cultura do outro, silenciando sujeitos e as suas identificações. Na prática não como não aceitar o bilingüismo, porque a língua materna faz parte dos sujeitos, está neles.

No Brasil, a colonização linguística iniciou com a chegada da frota de Cabral, trazendo na bagagem mecanismos de aculturação, dentre eles, a igreja, memorável pelo marco histórico da primeira missa, representada em várias obras de artes. A primeira missa é interpretada pela Carta de Pero Vaz de Caminha, que funciona como texto fundador, de acordo com Indursky (2011). A língua e a fala sempre encaminham para

direções e objetivos, que passam pela língua, a qual tanto no período colonial como no pós-colonial, apesar de gerenciamentos institucionais, ‘sofrem’ a influência da língua e da cultura do outro, seja ele o habitante nativo ou o imigrante. Em terras brasileiras, a mescla entre o Português e a língua indígena resultou na Língua Geral, constituindo-se, de acordo com Mariani (2004), como um dos grandes apagamentos, desse período, em torno da língua.

A Língua Tupi foi considerada pelos portugueses como ‘a língua’ dos índios, em detrimento de outras línguas indígenas, instaurando o apagamento de culturas e de práticas, silenciando outras línguas faladas em território nacional, conforme referido por Mariani (2004). Esse gerenciamento é consequência de um processo institucional menos evidente, “não assumido claramente como organizacional”, de acordo com Orlandi (2002), que nega aos sujeitos o direito de praticarem a língua de acordo com suas identificações. Orlandi (2007, p. 61), diz ainda que as diferenças linguísticas não deixam de existir pelo gerenciamento de língua dada a relação língua-memória e, também, porque as diferenças são de ordem cultural, histórica e social.

A Língua Geral, conforme Guimarães (2007, p. 64), tornou-se a língua franca, falada por todos os que dividiam o espaço brasileiro, até que no século XVIII e a língua portuguesa passou a ser obrigatória em todas as formas sociais, na escola, no comércio, na igreja, etc, depois da independência. Entendemos que a imposição da língua por aquele que ‘chega’ e ocupa o espaço, resulta no apagamento do ‘outro’, dominando-o, resultando na anulação do que se tem como Nação, sinalizando para a ausência dela. Diante dessa prática, a nação deixa de existir efetivamente, pois espaço territorial é tomado pelo colonizador e agregada a nação dominada a não que ele (dominador) pertence. A imposição da língua aos territórios dominados pelo colonizador ocorre pela representação do poder social e político que ele detém, promovendo, além da aculturação, silenciamentos e apagamentos, mas não a relação língua x cultura x ideologia, espaço através do qual os sujeitos, como povo resistem.

A resistência dá visibilidade ao distanciamento entre o que é praticado e o que é dado pela ‘oficialização’, no período colonial, da metrópole. No pós-colonialismo o Estado determina a língua a ser falada, praticada em todos os espaços e rompe com a língua como pertencimento, como forma de identificação. Com isso apaga, conforme Guimarães (2007, p. 64), a língua nacional que “é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo”. Mas o aparato do Estado não impede rupturas e transformações, tendo em vista,

conforme a língua em sua heterogeneidade e falha e o sujeito em sua divisão entre o ideológico e o inconsciente, o que aponta para a resistência. É essa resistência que discutimos, recortando o espaço de imigração da Colônia de Entre Rios, habitada pelos sujeitos designados de suábios do Danúbio, sinalizando que um povo começa a ser dominado pela língua, mas também começa a dominar.

No período pós-colonial, o funcionamento da língua é distinto do colonialismo, pois a imigração atende a uma necessidade específica do país que recebe os sujeitos que deixam a sua Nação para assumir e viver no espaço do 'outro'. Os suábios do Danúbio vieram para Entre Rios, distrito de Guarapuava, entre 1951 e 1954, atendendo a uma política de Estado, ao qual interessava a tecnologia agrícola que o povo alemão dominava, portanto a interesses institucionais. Quem assume o papel de dominador é o Estado brasileiro, pois esses imigrantes precisaram sair de seu país porque apoiaram Hitler e este foi derrotado. No Brasil, esses sujeitos assumiram o lugar do estrangeiro, daqueles que estão fora de seus lugares, porque precisam estar nesse lugar por contingências e necessidades que independem de sua vontade.

Frotscher, Stein e Olinto (2010) recorrem a Albert Elfes para destacar que os imigrantes classificam-se em três grupos de acordo com a faixa etária e com as influências que sofreram. No primeiro grupo, segundo o autor, estão aqueles que fugiram de sua terra como adultos e assumiram conscientemente os riscos e também os ganhos da decisão. No segundo grupo, inscrevem-se os nascidos no Brasil, que conhecem as contingências e falam a língua portuguesa, assumindo-a de certa forma, como sua, apesar de todas as questões já citadas. No terceiro grupo, encontram-se aqueles que vieram jovens para o Brasil e têm consciência do que perderam e do que ganharam. Para estes sujeitos os ressentimentos são maiores porque eles não assumiram os riscos de apoiar ou não as tropas alemãs na guerra. Essa decisão foi imposta a eles.

Essa classificação dos sujeitos em faixas etárias é relevante para mostrar que, apesar de a Língua Portuguesa ser a língua oficial do Brasil e de funcionar a partir de políticas linguísticas determinadas pelo Estado a partir de 1946. A Língua Alemã, que em tese seria a língua estrangeira (LE), porque pela relação constituída entre Língua Portuguesa X Estado Brasileiro é, contraditoriamente praticada e ensinada como língua materna, porque constitui e sustenta os suábios do Danúbio, enquanto sujeitos constituídos por essa língua, no espaço de imigração.

Vale destacar que a relação com o espaço político e social é relevante na língua praticada e oficializada, mesmo que os sujeitos 'queiram' manter na 'nova pátria', a

‘velha’ pátria, perdida pelos efeitos da guerra, o sujeito nenhum, de acordo com Scherer (2003, 120) “é sujeito sem lugar social”, pois, segundo essa autora o sujeito se constitui pela língua e o lugar dessa língua precisa ser o lugar físico em que eles vivem, o instaura outra ilusão, pois a língua não é física, mas uma prática, do que a autora diz que

[...] falar a língua e estar instado nela, através de efeitos do simbólico, na eterna e provisória movência da constituição do corpo social, vai se constituindo no discurso e no sujeito em suas idas e vindas entre o real da língua e o real da história. Divididos como sujeitos e cindidos enquanto sentido, em dois espaços de circulação o sujeito se instala. (SCHERER, 2003, p. 120).

De acordo com Venturini (2011, 77), em tese “os sujeito-imigrantes abandonam a língua materna para falar a língua oficial do país em que se instalaram, submetendo-se e adaptando-se à língua do outro”. Essa submissão/adaptação não ocorre com os imigrantes de Entre Rios, pois eles buscam criar uma ‘comunidade imaginada’, nos termos de Andersen (2011) e, dessa manter a língua, que imaginariamente os constitui como alemães. Com isso ‘esquecem’ que a língua altera-se/transforma-se, apagando com isso, o fato de que eles também se encontram ‘fora’ do lugar. A pátria que chamam de ‘velha’, talvez não seja mais a pátria sonhada e deixada para trás, ela também se transformou em imaginária, fora do lugar e do tempo.

Entre o praticar e o oficializar a língua: mecanismos e visibilidades para a cultura.

A Língua Portuguesa é uma Língua de Estado e, por isso é por ele gerenciado, mas nem sempre foi assim. De qualquer forma, os responsáveis pela organização da língua são os formadores de opinião. Guimarães dá visibilidade a isso, dizendo que

A Constituição de 1946, que pela primeira vez introduz a questão da língua como questão constitucional. Isto se dá no 'Ato das Disposições Constitucionais Transitórias', Art. 35: O Governo nomeará comissão de professores, escritores e jornalistas, que opine sobre a denominação do idioma nacional (GUIMARÃES, 2000, p.170).

Nesse sentido, o Estado determina a língua oficial por meio de uma prática política definida por ele. Os sujeitos-falantes, nesse funcionamento, assujeitam-se a essa prática, submetendo-se às condições de produção em torno da língua, impostas pelo Estado, enquanto instituição. Isso vale, também, para os imigrantes, pois eles são aceitos/recebidos no lugar. No que se refere aos suábios do Danúbio, segundo consta,

receberam as terras e, se foram proporcionadas condições de viver nessa terra, sendo produtiva.

O fato de a Língua Portuguesa ser a língua oficial da Nação brasileira e de a língua alemã ser a língua estrangeira, instaura o antagonismo, devido de acordo com Zandwais (2004), ao funcionamento de duas ou mais formações discursivas em uma mesma formação social. Entendemos, todavia, que ocorrem também contradições, tendo em vista que em uma mesma formação discursiva os sujeitos ocupam mais de uma posição-sujeito. A resistência à língua oficial e a prática da língua materna como se ela fosse a língua de Estado ou o contrário sinaliza para o embate, também entre a língua portuguesa erudita e a falada coloquialmente.

Em relação à língua alemã, ocorre o mesmo, pois os suábios do Danúbio praticavam e continuam a praticar o *schwowissch* (dialeto) e na escola é ensinado o *hochdeustch* (língua erudita). De acordo com Dalla Vecchia (2013) a entrada do português e do *Hochdeustch* tem promovido o apagamento do *schwowissch*, mas não a extinção total do dialeto falado pelos descendentes de alemães. O funcionamento das modalidades linguísticas destacadas instaura o multilinguismo, que caminha para um bilinguismo. Isso ocorre devido à valorização da modalidade culta que resulta de memórias que ressoam e retornam constituindo efeitos de sentidos de que a cultura e o estudo são o passaporte para o sucesso. Essas memórias e discursos promovem o escrito e separam os sujeitos, não só por critérios sociais e econômicos, mas também, por critérios socioculturais, que funcionam entre saber e o não-saber, aproximando o saber do eruditismo e o não saber da língua mais distensa, no caso da língua alemã, do *schwowissch*.

Assim, as colônias se destacaram, no território brasileiro pelo sucesso econômico e social e em relação à língua. Mas há um esforço para ensinar, na escola, especialmente nas séries iniciais o alemão culto. Só mais tarde é que as crianças vão aprender o português. A cultura alemã é que sustenta e constrói a pátria imaginada, pela qual a ‘velha pátria’ é sempre mostrada/concretada no espaço de imigração pela arquitetura, pela culinária, pelo museu, pelos nomes das ruas e, principalmente, pelo fechamento da comunidade, que se abre muito pouco para a cultura brasileira. Aqueles que constituem o segundo grupo de sujeitos- imigrantes – os que já nasceram no Brasil - destacado por Elfes, falam mais o português, mas a formação social dá visibilidade à língua e a cultura alemã.

A pesquisa aponta que o ensino da Língua Alemã é praticado como se essa língua fosse a língua da Nação e isso ocorre, mesmo havendo políticas linguísticas gerenciadas pelo Estado, nas colônias. Junto a ela funciona uma política de língua específica, determinada pelo espaço de imigração, que se constituiu por mecanismos que sustentam essas políticas. Os sujeitos-imigrantes desejam manter, no Brasil (Nova Pátria), a língua e a cultura da ‘Velha Pátria’.

Para entender esse funcionamento é necessário retomar as condições de produção com vistas a ver como os sujeitos se individualizam, filiam-se a comunidades em detrimento da mundialização. Isso acontece pela necessidade dos sujeitos de identificar-se, de criar traços comuns entre eles e aqueles com os vivem. Na pesquisa em tela, o lugar tornado ‘comum’ aos sujeitos não é chamado de ‘comunidade’, mas de colônias, que mantém o mesmo efeito de sentido que comunidade. Os sujeitos se aglutinam mostrando que, como diz Orlandi (2011), não se pode separar discurso-sujeito-sociedade, pois os sujeitos mantêm e fortalecem identificações, criando laços, dando visibilidade à sua constituição como povo. Foi o que aconteceu nas colônias.

Nas colônias há uma Associação cultural e um jornal que publica em língua alemã e uma emissora de rádio em que os locutores fazem os programas nessa língua. Há, também, festas típicas anuais, em que predominam as comidas, as músicas e as danças comuns na ‘velha’ pátria e que está sendo praticada no espaço de imigração. Na Escola Dona Leopoldina, a língua alemã, como já destacamos, é ensinada na pré-escola, antes da Língua Portuguesa e as políticas linguísticas nacionais funcionam junto a políticas que atendem ao interesse das colônias. Isso é visível na biblioteca que possui um acervo significativo de obras em língua alemã e nos demais espaços.

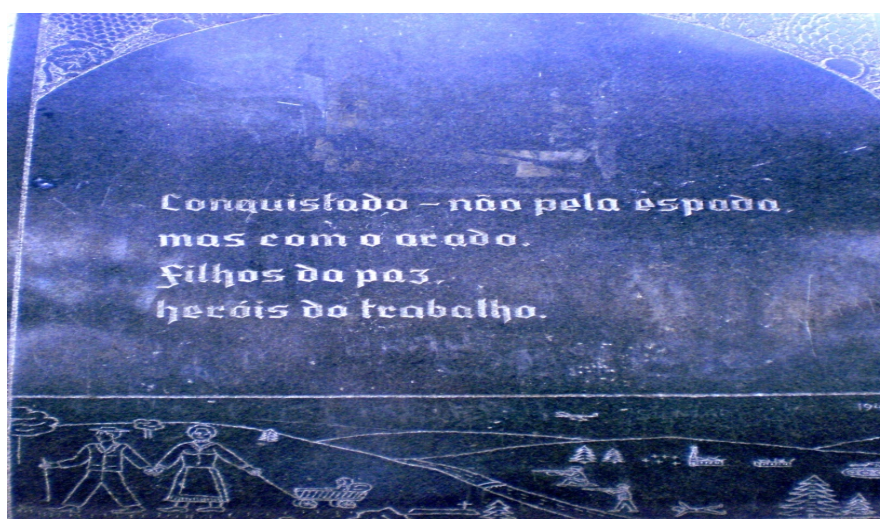
Junto à escola e ao centro cultural, funciona o museu (texto-imagem 1). Nele, a história é contada e a cultura reforçada, destacando o sacrifício dos imigrantes e construindo em torno deles uma aura de heroicidade, dado pelo sacrifício de viver longe da pátria, de precisar aprender e praticar outra língua que não a sua.



Texto-imagem 1

O Heimatmuseum - nome do Museu Histórico de Entre Rios - significa na língua alemã, o Museu da Pátria. Ele foi criado para se constituir como 'o lugar' que sustenta para as crianças e os mais jovens a necessidade de manter o idioma, pois é pela língua que os sujeitos se filiam e se identificam ao que faz da Nação o espaço sujeito. Quem o visita fica sabendo da história dos suábios do Danúbio, as comidas típicas, o modo de vestir, os casamentos, as crenças. Além disso, há fotos das casas, dos caminhões em que vieram de São Paulo até Guarapuava, mostram também as lavouras, a fundação da cooperativa Agrária, que é a base econômica do lugar.

O funcionamento do lugar 'mostra' o percurso trilhado pelos alemães. Ao lado está o Centro Cultural e a escola, todos espaços que funcionam como lugares de memória, porque 'guardam e gerenciam as memórias, especialmente as que interessa às lideranças da comunidade 'guardar', passando como herança, para os mais jovens, acreditando que estes também vão trabalhar para manter vivas as tradições e a história.



Texto-imagem 2

O monumento visibilidade pelo texto-imagem 2 destaca os suábios do Danúbio como sujeitos que conquistaram o espaço ‘não pela espada’, mas pelo ‘arado’. Por meio dessa materialidade os sujeitos se definem e se inscrevem na formação discursiva do trabalho e da paz. Por meio dessa definição eles apagam que os primeiros imigrantes tiveram que sair da sua pátria porque apoiaram Hitler, que se filiava à guerra, à conquistas ligadas a guerras. Ocorre, nesse funcionamento, a desidentificação com a guerra e com Hitler.

Os imigrantes são ‘filhos da paz’ e são, também, ‘heróis do trabalho’. A partir dessa inscrição, identificam-se com a ideologia em funcionamento, no Brasil, desse período, no qual o trabalho era valorizado e, devido a todas as desgraças e misérias decorrentes da guerra, esta era rejeitada. Nenhum sujeito se inscrever na FD que prega/destaca a luta armada.

Vale destacar, ainda, que o enunciado “Conquistado pelo arado” é uma prática de escrita, que instaura efeitos de perenidade. Além disso, se constituem redes parafrásticas pelas quais nesse monumento ressoa o museu e nele/por ele sedimentam-se memórias e discursos que destacam as condições de chegada dos imigrantes no Brasil. A visibilidade é dada por meio de fotos e de réplicas das primeiras casas de madeira e dos poços de onde retiravam a água, das roupas usadas, dos maquinários agrícolas, dos meios de transporte, entre outros.



Texto-imagem 3 – nome das ruas e de espaços públicos.

O terceiro texto-imagem destaca o funcionamento da língua como uma prática no espaço de imigração. Essa língua sustenta-se pelo mobiliário, fazendo o distrito de

Entre Rios lembrar/comemorar a pátria deixada para trás, por meio do que pode ser visto e que se concretiza pelo olhar. Nesse sentido, não é preciso falar da ‘pátria’, porque ela é mostrada por meio de escritas e de práticas sociais e políticas e porque não dizer, ideológicas por constituírem evidências de que todos os que vivem nesses espaços se veem e se significam como alemães e não como cidadãos brasileiros.

Por esse texto-imagem podemos ver que os nomes das ruas e dos lugares públicos foram escritos nas duas línguas: portuguesa e alemã. Esse funcionamento instaura efeitos de que o espaço, que fica no Brasil, se constitui, também, pelo que está ausente, mas mesmo na ausência faz sentido, ressoa, faz eco, constituindo memória. Além disso, pela escrita na língua alemã se constituem/sedimentam-se discursos e memórias da ‘velha’ pátria. Pelos nomes escritos na língua alemã ressoam memórias que os sujeitos brasileiros e talvez os filhos de imigrantes que nasceram, no Brasil, não conhecem. Mesmo assim, a presença na ausência funciona como uma memória que lateja, se movimenta e constitui efeitos de sentido pelas redes de memória que convoca.



Texto-imagem 4

O texto-imagem 4 traz a designação ‘velha’ pátria e dá visibilidade ao espaço, às cidades e, também, ao rio que corta o país e constitui mais uma identificação entre as duas pátrias – a alemã e a brasileira. As duas são cortadas por dois rios, que passam no meio delas e simulam semelhanças entre as duas, mostrando pelo ‘ver’, que elas podem vir a tornar-se uma. Isso se, e somente se: na pátria (nova) for falada a língua alemã, se a cultura estiver sempre funcionando e se as memórias forem mantidas/mostradas.

Efeitos de conclusão

Destacamos no início do texto que trabalhamos com a concepção de língua na história e acrescentamos a esse funcionamento o sujeito, interpretado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente. O mobiliário que sustenta a ‘necessidade’ de continuar a falar a língua alemã e os funcionamentos dessas materialidades permite que se reitere que na análise de Discurso a história tem a sua importância, mas os fatos e não os dados inscrevem-se e significam pela historicidade. Com isso, pela língua em funcionamento e relacionada à história, determinados efeitos de sentidos se constituem pelo funcionamento social, histórico, político-discursivo e outros não.

A língua que nos interessa não é homogênea e o discurso que a significa não fecha os sentidos. Por isso, as práticas e funcionamentos que dão concretude ao espaço de imigração tornam sempre presente a “velha pátria”. Mas isso não é uma regra, pois esses efeitos dependem da inscrição dos sujeitos. Nesse ponto, voltamos às nossas questões que sustentaram o que chamamos de percurso. As questões formuladas inicialmente foram duas e a primeira enfocava o discurso *sobre* o funcionamento das línguas no espaço de imigração e sobre a sustentação de duas línguas no mesmo espaço, na forma como são praticadas e oficializadas. A segunda questão relaciona-se ao praticar e oficializar.

Concluimos, então, que os imigrantes só não impuseram a língua alemã porque a nação estava estruturada e com políticas linguísticas sedimentadas e em funcionamento em torno da língua oficial. Mesmo assim, entre o praticar e o oficializar, o destaque à língua alemã instaurou efeitos de que a ‘velha’ pátria está no Brasil, mais precisamente no distrito de Entre Rios. Porque não foi possível homogeneizar e colocar em um mesmo nível de importância as duas línguas as forças políticas e econômicas desse espaço criaram mecanismos para dar visibilidade aos sujeitos e ao espaço de imigração como um lugar ideal, ‘como se’ não houvesse embate e nem problemas, nesse espaço.

Esses efeitos se constituem por meio dos nomes de ruas e de espaços públicos escritos nas duas línguas, simulando o funcionamento de uma língua oficial praticada, sem interferências do Estado. Como sinalizou a pesquisa de Dalla Vecchia (2013) o dialeto falado nas casas, tende a ser superado pela língua culta alemã ou pelo português culto, mas o português e, também o alemão, alteram-se, pois uma língua se entrelaça à outra, mesclando, incluindo, subtraindo.

As distâncias entre o oficializar e o praticar se tornam menores pelo trabalho da escola, do Centro Cultural, do museu e do poder econômico, representado pela Cooperativa Agrária que desde o início sustentou a ideia de colônias, apesar desses espaços assemelharem-se a uma cidade, por tudo que está nela, ela é significada como rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bernardim, Adriana Cristina. *Colônias suábias*; entre a ‘velha’ e a ‘nova’ pátria. Dissertação de Mestrado. Guarapuava, Unicentro, 2013.

Frotscher, Méri; Marcos Nestor STEIN; Beatriz OLINTO. *Memória, ressentimento e politização*: narrativas da II Guerra Mundial (Suábios do Danúbio de Entre Rios, Guarapuava -PR). *Revista Tempo*, vol. 20, 2014, v. 20.

Guimarães, Eduardo. Política de línguas na linguística brasileira. In: Eni P. Orlandi (Org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007. p. 63-82.

_____. Eduardo; ORLANDI, Eni P. O conhecimento sobre a linguagem. In: Claudia Castellanos Pfeiffer e José Horta Nunes (Org.). *Introdução às ciências da linguagem - Linguagem, História e Conhecimento*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. p. 141-154.

Mariani, Bethânia. *Colonização linguística*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

Milner, Jean-Claude. *O amor da língua*. Trad. Paulo Sérgio de Souza Júnior. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

Orlandi, Eni P. (org) *Discurso Fundador*: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Fontes, 1993.

Frotscher, Méri; Marcos Nestor STEIN; Beatriz OLINTO. *Memória, ressentimento e politização*: narrativas da II Guerra Mundial (Suábios do Danúbio de Entre Rios, Guarapuava -PR). *Revista Tempo*, vol. 20, 2014, v. 20.

_____. Teorias da linguagem e discurso do multilinguismo na contemporaneidade. In: Eni P. Orlandi (Org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007. p. 53-62.

_____. Diluição, indistinção dos sentidos: uma política da palavra e suas consequências sujeito/história e indivíduo/sociedade. In: INDURSKY, Freda, MITTMANN, Solange, Ferreira, Maria Cristina (Orgs). *Memória e História na/da Análise de Discurso*. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2011, p. 17-54.

Scherer, Amanda. A constituição dos sentidos nas fronteiras do eu: memória da língua e a língua da memória. *Revista Letras – Língua e Literatura: limites e fronteiras*, Santa Maria, Editora UFSM, no. 26, jul-ago, p. 119-130, 2002.

Vecchia, Adriana Dalla. *Políticas Linguísticas na Colônia 'Alemã' de Entre Rios: o papel do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina*. Ponta Grossa, UEPG, dissertação de mestrado, orientada por Leticia Fraga, 2013.

Venturini, Maria Cleci. Sentidos políticos e identitários do nosso acordo ortográfico. In: SCHONS, Carme Regina, CAZARIN, Ercília Ana. *Língua, escola e mídia: em(ter)laçando teorias, conceitos e metodologias*. Passo Fundo, Editora da UPF, 2011, p 72-89.

Zandwais, Ana. *Perspectivas da Análise de Discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada do percurso*. Santa Maria, RS: Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009. Série Cogitare.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Pêcheux, Michel (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi [et. al]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

Rasia, Gesualda dos Santos. Entre a indeterminação e a determinação: o discurso na materialidade linguística. MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ana Ercília. (Orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: RS. Editora Nova Prova, 2008. p. 154-173.

